

Brasília, 28 de agosto de 2023.

Aos Senhores

Getúlio Marques Ferreira

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Camilo Santana

Ministro da Educação

**Educação pública se faz com comunicação pública:
pela revisão do decreto nº 10.185/2019**

Prezados senhores,

1. A história recente do Brasil, amparada pela Lei nº 11.892/2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nos mostra que a então política pública voltada à educação profissional e tecnológica foi acertada em nosso país. Os institutos federais, abrigados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, e sua disseminação por todo o território nacional, formam, hoje, a mais relevante política pública de educação profissional já vista no Brasil. Os números mostram que atualmente atuamos na formação de mais de 1,5 milhão de estudantes em todo o país.

2. Neste ano, estamos protagonizando 15 anos de história. São 15 anos trabalhando em rede, fortalecendo a educação pública e gratuita, levando de Leste a Oeste e de Norte a Sul do país a educação profissional como pilar de formação e transformação para a sociedade brasileira, com objetivos concretos de capilarizar a educação de qualidade pelo interior do país, independente das barreiras geográficas. Os institutos federais atuam em quase todas as microrregiões brasileiras. Podemos dizer que os institutos federais representam os sotaques do país, pois estão incluídos nas realidades regionais de diversas comunidades, estejam elas nas cidades, no campo, nas florestas ou às margens de rios.

3. Todos esses esforços são motivo de muito orgulho para servidoras e servidores que fazem parte dessas instituições irmãs e que, juntas, emancipam pessoas de situações vulneráveis para lhes colocar como protagonistas das suas comunidades, por meio da inclusão, do ensino, da pesquisa de ponta, da extensão comunitária, da inovação, dando-lhes um caminho para o exercício pleno da cidadania.

4. É notório que as transformações sociais que vivemos são endêmicas e apresentam-se em níveis acelerados: a criança que nasce sabendo operar um celular em suas mãos, o adolescente que se comunica nas redes sociais, o pai de família que trabalha por meio de aplicativo de mensagens instantâneas. Todos nós conhecemos a revolução da informação e dos meios de comunicação.

5. Junto ao fenômeno social digital que presenciamos diariamente e das necessidades educacionais de milhões de pessoas deste país está a Comunicação Pública com foco na promoção da cidadania. Com o dever de informar, orientar e dar absoluto atendimento aos cidadãos, a Comunicação Pública - exercida nos institutos federais por profissionais da área de comunicação social - trabalha atualmente na perspectiva da multiplicidade de vozes, no diálogo direto com o cidadão, suas famílias, coletivos e organismos vivos e atuantes, que se comunicam numa variedade crescente de canais de relacionamento, e querem ser ouvidos, respondidos e acolhidos de perto. Nessa perspectiva, a missão da Comunicação Pública é levar as oportunidades educacionais disponíveis nos institutos federais e os serviços públicos para o maior número de pessoas. Esse é o desafio de milhares de servidoras e servidores públicos das instituições federais de ensino.

6. Os princípios da Comunicação Pública são: garantir o acesso amplo à informação; fomentar o diálogo; estimular a participação; promover os direitos e a democracia; combater a desinformação; ouvir a sociedade; focar no cidadão; ser inclusiva e plural; tratar a comunicação como política de estado; garantir a impessoalidade; pautar-se pela ética; e atuar com eficácia. (Guia de Comunicação Pública, Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021).

7. A Comunicação Pública é o principal caminho para o fortalecimento das instituições públicas de ensino, pois, sem ela, os demais esforços na expansão e na consolidação das instituições podem estar fadados a sucumbir ou desaparecer, diante da concorrência vertiginosa de

audiência e de conteúdo à qual a sociedade é exposta. Para que o desenvolvimento da Comunicação Pública se dê com zelo, responsabilidade e resultados é necessário envolvimento e proximidade das servidoras e servidores com as comunidades atendidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em especial dos profissionais ocupantes dos cargos da área de comunicação.

8. O novo PAC do atual governo federal elenca uma nova etapa de expansão e a consolidação dos institutos federais como prioridade. É a ampliação do projeto iniciado pelo Presidente Lula em 2008, quando disse em seu discurso no dia 29 de dezembro daquele ano, na solenidade de sanção da Lei: “O dado concreto é que nós nunca estivemos tão próximos de **tornar realidade o nosso sonho na educação**”. E para que a expansão desse sonho se realize, como previsto no novo PAC, não há como demonstrar a essência da educação profissional e tecnológica deste país sem a atuação dos comunicadores, servidoras e servidores de carreira, aqueles que conhecem e constroem a missão institucional, se dedicam de corpo e alma a salvaguardar o bem público, divulgando o que de melhor é feito nos institutos federais junto aos meios de comunicação, com vistas à transformação social do país.

9. Ocorre que o decreto presidencial nº 10.185/2019 vedou a realização de concursos e o provimento dos cargos efetivos da administração pública ligados às áreas de comunicação, o que envolve profissionais como jornalistas, relações públicas, publicitários, programadores visuais, técnicos em audiovisual e outros. Com isso, as instituições federais de ensino estão impedidas de realizar novos concursos e dar provimento para esses cargos, o que impacta não só a imprescindível ampliação do quadro de servidores efetivos da área de comunicação, mas também os casos de vacância e aposentadoria. O resultado descabido desta medida é o desfazimento constante das áreas de Comunicação Pública das instituições de ensino, o sucateamento das equipes, o adoecimento dos profissionais de comunicação - que mesmo com estruturas precárias, são cada vez mais demandados - e, por fim, o declínio e a decadência de imagem das instituições públicas, riqueza imaterial defendida pela sociedade civil organizada.

10. É incontestável que a sociedade defenda a educação pública, gratuita e de qualidade, mas sabemos que ela somente o fará na medida em que conhecer de perto as instituições, acompanhar suas ações, seu crescimento e, portanto, na medida em que se colocar ao lado e em papel cocriador, propulsor e propagador de informações que somente são geradas e veiculadas pela Comunicação Pública das nossas instituições. A capilaridade da Rede Federal

passa, inegavelmente, pela capilaridade das equipes de comunicação que atuam em cada região em que há um instituto federal implantado. Com poucos comunicadores, essa capilaridade informacional da educação profissional, científica e tecnológica vai se perdendo e as mensagens vão deixando de chegar às comunidades mais afastadas e mais vulneráveis.

11. Paradoxalmente, não há como crescer, expandir e consolidar as instituições de ensino sem que a sociedade seja impactada pelas suas ações, seus feitos. Também não há como melhor comunicar, aprimorando e ampliando a difusão de informações, em novos canais de comunicação, como as rádios e televisões educativas e comunitárias — iniciativa do Ministério da Educação (MEC), EBC e Secom/PR - sem ampliação no quadro de servidoras e servidores efetivos da área de comunicação, que só ocorrerá com a liberação de concursos e provimento para os cargos dessa área. Torna-se inviável trazer os cidadãos para perto das instituições e na defesa delas com o constante e lamentável declínio do corpo qualificado de servidores na área de Comunicação Pública. E para os que defendem a terceirização da área, ela não é o caminho. Só se faz Comunicação Pública com foco nos princípios da Administração Pública com total comprometimento às instituições, profundo conhecimento sobre elas e suas comunidades acadêmicas e realidades regionais, no envolvimento direto com a vida nos institutos. Isso não se dá com contratações temporárias, que podem durar poucos meses e têm um forte impacto orçamentário. O fortalecimento da comunicação e da imagem e identidade dessas instituições federais públicas de ensino se dá com a vivência, capacidade técnica e pela paixão dos comunicadores, servidoras e servidores públicos efetivos, com a educação pública e com os institutos federais.

12. Nos dedicamos diariamente à educação pública e de qualidade, e sabemos que a contínua motivação também passa pela valorização das pessoas e das equipes de comunicação. A extinção de alguns cargos e a vedação para a realização de concursos e provimentos de outros cargos da área de comunicação levará à aniquilação da Comunicação Pública e é nosso dever, enquanto servidoras e servidores, prezar pela integridade pública e lutar, contrários ao esfacelamento, que se aproxima, da percepção social da educação profissional pública.

13. Nós, servidoras e servidores, comunicadores públicos, buscamos a revisão do decreto nº10.185/2019, em especial das vedações dos cargos relacionados à área de comunicação, de forma urgente, para a continuidade estratégica dos setores de comunicação social nas instituições da Rede Federal. Só assim poderemos continuar atuando com êxito nos resultados,

no fortalecimento da imagem, da identidade, da essência das instituições e no processo de divulgação institucional para a sociedade, contribuindo para essa nova etapa de expansão da Rede Federal, com a implantação de novas unidades, novos cursos e mais oportunidades aos cidadãos, em especial aos que mais precisam. Estamos certos de que podemos ser agentes de defesa das nossas instituições, sobretudo em períodos em que a educação venha a ser vista, novamente, como inimiga.

Agradecemos antecipadamente e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e para o diálogo, momento em que podemos detalhar a realidade da área de comunicação nas instituições da Rede Federal, por meio de todos os gestores das áreas de Comunicação Pública da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, aqui nominados:

Adriana Souza Campos
Instituto Federal de Goiás - IFG
adriana.campos@ifg.edu.br

Andressa Lunna de Jesus
Instituto Federal de Tocantins - IFTO
andressa.lunna@ifto.edu.br

Alexandre Vargas Tavares de Jesus
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste MG
ascom@ifsudestemg.edu.br

Ana Clara Santos Costa
Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM
anaclara@iftm.edu.br

Bianca Souza
Colégio Pedro II
ccs@cp2.g12.br

Bráulio Quirino Siffert
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG
braulio.siffert@ifnmg.edu.br

Bruno Andrade
Instituto Federal de Alagoas - IFAL
bruno.andrade@ifal.edu.br

Carlos Augusto Domingos
Instituto Federal de Pernambuco - IFPE
carlos.domingos@ifpe.edu.br

Carlos Eduardo Pieri
Instituto Federal Catarinense - IFC
carlos.pieri@ifc.edu.br

Carine Simas da Silva
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS
carine.silva@ifrs.edu.br

Clara Bezerra
Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN
clara.bezerra@ifrn.edu.br

Cristina Mascarenhas Santos
Instituto Federal Baiano - IFBaiano
cristina.mascarenhas@ifbaiano.edu.br

Emília Galvão
Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Escola de Saúde/UFRN
ana.emilia.galvao@ufrn.br

Erik Feitosa
Instituto Federal do Paraná - IFPR
erik.feitosa@ifpr.edu.br

Evaldo Pereira Ribeiro
Instituto Federal do Acre - IFAC
evaldo.ribeiro@ifac.edu.br

Fábio Cabral
Instituto Federal de São Paulo – IFSP
cabral@ifsp.edu.br

Geisa Golin Albano
Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
geisa@ifsc.edu.br

Gustavo Martins
Instituto Federal Goiano – IF Goiano
gustavo.martins@ifgoiano.edu.br

George José dos Santos Lima
Instituto Federal do Piauí – IFPI
georgelima@ifpi.edu.br

Gildo Júnior
Instituto Federal de Roraima - IFRR
gildo.junior@ifrr.edu.br

Gil Constâncio
Instituto Federal do Amapá - IFAP
gil.rodriques@ifap.edu.br

Helen Sampaio
Instituto Federal da Bahia – IFBA
helen.sampaio@ifba.edu.br

Isabela Eugênio
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/ RJ
isabela.almeida@cefet-rj.br

Israel Ribeiro

Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal da Universidade Federal de Viçosa - Cedaf
- UFV

israel.ribeiro@ufv.br

Jacssane Andrade

Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS

ascom@ifsuldeminas.edu.br

Jefferson Sampaio

Instituto Federal de Brasília – IFB

jefferson.moura@ifb.edu.br

João Augusto Rodrigues

Instituto Federal do Pará - IFPA

joao.augusto@ifpa.edu.br

Joarle Magalhães Soares

Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG

joarle.magalhaes@ifmg.edu.br

Juliana Aragão

Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS

juliana.aragao@ifms.edu.br

Juliana Lima

Instituto Federal Fluminense - IFF

julianalima@iff.edu.br

Juliana Santos

Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ

juliana.santos@ifrj.edu.br

Juliano Azuma da Costa

Instituto Federal de Sergipe – IFS

juliano.costa@ifs.edu.br

Lara Rios Bueno

Instituto Federal do Espírito Santo – IFES

lara.bueno@ifes.edu.br

Leandro Aguilar

Instituto Federal Farroupilha – IFFar

leandro.aguilar@iffarroupilha.edu.br

Luiz Eduardo Pacheco

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG

luizeduardo@cefetmg.br

Mayara Guimarães
Instituto Federal da Paraíba – IFPB
mayara.fonseca@ifpb.edu.br

Natália Ferraz Pavanelli Ormond
Instituto Federal do Mato Grosso – IFMT
natalia.ormond@ifmt.edu.br

Rebeca Casemiro de Oliveira Loiola
Instituto Federal do Ceará - IFCE
rebecacasemiro@ifce.edu.br

Roberta Duarte
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertão
roberta.duarte@ifsertao-pe.edu.br

Roberta Mouzzana
Instituto Federal do Maranhão – IFMA
ascom@ifma.edu.br

Rodrigo Fonseca
Instituto Federal do Amazonas – IFAM
rodrigo.fonseca@ifam.edu.br

Vinícius Waltzer
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - IFSul
viniciusrocha@ifsul.edu.br

Viviane Camelo
Instituto Federal de Rondônia – IFRO
viviane@ifro.edu.br